



O funcionamento do MIBEL em cenários de elevada penetração de renováveis

Maria Cristina Portugal

Presidente da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Reconhecidamente, a Península Ibérica - e, conseqüentemente, o MIBEL – tem sido uma **experiência de mercado elétrico precursora na integração de energias renováveis**.

Arriscaria dizer que os desafios da integração de renováveis em mercado existem desde que o MIBEL entrou em funcionamento, a 1 de julho de 2007.

O quadro de funcionamento do MIBEL, instituído em Tratado entre Portugal e Espanha, compreende um Conselho de Reguladores do qual, para além da ERSE, fazem parte os reguladores financeiros dos dois países e o regulador espanhol da energia.

Este ano, em que a ERSE assume a presidência rotativa do Conselho de Reguladores do MIBEL, o plano de trabalhos tem prestado especial atenção ao tema da transição energética e da integração das renováveis no atual e futuro desenho do mercado elétrico.

De resto, a própria APREN tem vindo a interagir com o Conselho de Reguladores, no quadro do Comité Técnico do MIBEL, expondo a sua leitura dos desafios e dificuldades presentes e futuras, o que contribui para a consolidação duma visão integrada do mercado, como é exigível a um órgão como o Conselho de Reguladores.

A propósito do tema desta intervenção, deixem-me chamar à colação o último estudo do Conselho de Reguladores, de março de 2018, sobre a integração de renováveis em mercado, em particular, em cenários de elevada disponibilidade de recursos renováveis. Este foi já o segundo estudo sobre o tema do Conselho de Reguladores, o primeiro foi publicado em 2012, o que ilustra bem a importância que se lhe atribui.

O último estudo, assente numa análise exaustiva da experiência do MIBEL e da participação das renováveis no seu desenho atual, permitiu retirar importantes conclusões:

- 1) A presença de renováveis na oferta de energia elétrica no MIBEL é elevada, ao nível dos patamares mais altos que se encontram no Mercado Interno da Energia da UE;

- 
- 2) É absolutamente evidente para todos os agentes que participam, operam ou supervisionam o funcionamento do MIBEL, que a presença de tecnologias renováveis na produção de eletricidade contribui fortemente para a satisfação da procura e tem um impacte real nas condições de formação do preço (spot) à vista no MIBEL;
 - 3) Nas condições de desenho atual, esse impacte é no sentido de contribuir para a descida do preço médio do mercado *spot* do MIBEL;
 - 4) Dada a base tecnológica das renováveis que estão em operação no MIBEL (com uma elevada percentagem de eólica e de hídrica), os impactes no preço de mercado são igualmente no sentido de aumentar a volatilidade de curto e de médio prazo, consoante haja maior ou menor disponibilidade do recurso renovável (vento, sobretudo no curto prazo; hídrica, no médio prazo).

Este estudo, densificou a necessidade de, à medida que aumenta o contributo de fontes renováveis para a satisfação da procura, ser necessário perspetivar mais instrumentos de flexibilidade para os sistemas elétricos e para os mercados de energia.

Na verdade – e embora se possa reconhecer a existência de ganhos de aprendizagem na gestão de tecnologias de base intermitente –, os sistemas elétricos são mais pressionados com requisitos de flexibilidade.

Por via da integração de mercados, muito se tem progredido na utilização de flexibilidade.

E o MIBEL tem sido um excelente exemplo disso mesmo.

A significativa integração dos mercados português e espanhol tem permitido acomodar com maior flexibilidade as oscilações de procura e de oferta, e, essa mesma flexibilidade, tem-se refletido em menores variações de preço que as que ocorreriam se a integração dos dois mercados fosse menor.

Importa sublinhar que a integração de mercado deve e tem sido considerada pela ERSE e pelo próprio Conselho de Reguladores do MIBEL como um elemento essencial para facilitar a integração de renováveis.

É desejável que a integração se estenda ao centro da Europa, aprofundando os elementos de complementaridade dos diferentes mercados nacionais e, com isso, a aumentar a flexibilidade com que se gerem os sistemas.

O imperativo de aprofundar a integração dos mercados à escala europeia, não perdeu atualidade. Bem pelo contrário. Mantém-se atual e relevante. Até porque também atua como indutor de eficiência nos investimentos que são necessários para concretizar a transição energética e uma economia mais descarbonizada. Desígnios europeus e nacionais.



Basta, por exemplo, perguntar onde fará mais sentido investir em geração elétrica através da fileira solar? O bom senso – e, já agora, o bom tempo - dirá que as geografias a sul são mais favoráveis que as que se situam a norte.

Mas se é verdade que a integração de mercado favorece o desenvolvimento das renováveis, também é verdade que os cenários de elevada presença de renováveis mudam a fisionomia dos mercados que hoje temos.

Há certamente trabalho a fazer no desenho do mercado e no papel de cada referencial de mercado que deve acomodar a transição energética.

O funcionamento com liquidez e profundidade do mercado a prazo é um elemento decisivo para que o mercado elétrico se desenvolva em linha com os objetivos de neutralidade carbónica da sociedade.

Estes sinais, de mais longo prazo, são elementos críticos para facilitar (e, obviamente, reduzir) o investimento em novas tecnologias renováveis.

Também aqui o Conselho de Reguladores do MIBEL, de forma mais vasta, e a ERSE, num plano nacional, têm realizado trabalho com esse propósito.

O Conselho de Reguladores do MIBEL tem vindo a promover ao longo deste ano discussões amplas com os agentes do setor para perspetivar as evoluções do quadro legal e regulamentar que são necessárias para que a aposta em renováveis vá ao encontro das necessidades dos mercados e dos consumidores que o integram, o que certamente se materializará numa posição consolidada do Conselho de Reguladores do MIBEL neste domínio.

Do ponto de vista estritamente nacional, recordo a experiência que é prosseguida desde 2012 de colocação em mercado a prazo – através de leilões - da energia proveniente da produção em regime especial com tarifa garantida (em larga medida produção renovável).

Os leilões de PRE constituem uma abordagem de integração da produção renovável num contexto de mercado que é reconhecida como precursora no panorama regulatório europeu, e, simultaneamente, permitiu reduzir a variabilidade dos encargos suportados nas tarifas pela generalidade dos consumidores.

Os 32 leilões de colocação a prazo de energia de PRE realizados nos últimos oito anos, geraram uma poupança efetiva que já excede os 100 milhões de euros.

Numa altura em que todos formulamos muitas questões sobre o futuro a 10 ou 20 anos de distância, as circunstâncias que referi:

- (i) de estudo e monitorização permanente dos desenvolvimentos de mercado e do setor;

- 
- (ii) de interação constante com os agentes deste mercado; e
 - (iii) de aposta em soluções de mercado e que apontem para a integração e complementaridade das realidades nacionais;

devem ser vistas como elementos de confiança na forma como se aborda o futuro.

Quando se pergunta o que se antevê como diferenças principais entre o MIBEL de hoje e o de 2030, a resposta intelectualmente mais honesta é que ... é precipitado saber.

O que sabemos é que, se mantivermos o empenho em trabalhar de forma integrada os desenvolvimentos que o mercado e tecnologia forem permitindo estaremos, no futuro, melhor preparados para responder aos desafios.

Em apenas dois ou três anos, a evolução das condições de mercado e da tecnologia evoluíram num sentido que, consensualmente, seria considerado inesperado.

O mundo da energia muda, muda muito e cada vez mais depressa.

A forma mais efetiva de lidar com os desafios de futuro é, olhando para os objetivos definidos, enquanto sociedade, avançar de modo estreitamente coordenado, com grande adaptabilidade, com grande capacidade de resposta a novas circunstâncias, novas tecnologias e novos mercados.

Ainda não é claro qual será o desenho específico de mercado de 2030, 40 ou 50, ou qual será o papel concreto que desempenharão então os operadores de rede, os operadores de sistema ou os operadores de mercado. O que sabemos é que todos teremos que demonstrar capacidade e adaptação num contexto com mais renováveis, mais agentes, decisões mais descentralizadas e organizado em torno mais e mais mercado.

Neste percurso que nos leva da universalidade do acesso à universalidade da produção através de fontes renováveis, o regulador não será um obstáculo, mas outrossim um garante de estabilidade e previsibilidade, para investidores, para as empresas que exercem atividades reguladas e aquelas que necessitam de energia – todas – para produzir e por último, mas não em último, o regulador deve manter-se como o garante da proteção dos consumidores de energia, presentes e futuros.

7 de outubro de 2020